Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Mapeamento de resumos de artigos científicos existentes no banco de dados da CAPES sobre a temática do projeto político-pedagógico escolar (PPP)

Mapping of abstracts of scientific articles existing in the CAPES database on the theme of the school's political-pedagogical project (PPP)

Mapeo de resúmenes de artículos científicos existentes en la base de datos de CAPES sobre la temática del proyecto político-pedagógico escolar (PPP)

Emanuelle Giorgina da Silva – Mestranda, Ivy Enber Christian University. Curitiba, PR, Brasil. E-mail: emanuellegiorgina@gmail.com | https://orcid.org/0009-0000-0142-7012
Pablo Diego Portilho Aguiar – Mestrando, Ivy Enber Christian University. Curitiba, PR, Brasil. E-mail: pablodiego00@hotmail.com | https://orcid.org/0009-0009-3373-9841

Resumo: Discutimos sobre as características da produção de artigos com a temática do Projeto Político-Pedagógico (PPP) no Brasil. Realizou-se um mapeamento dos resumos dos artigos existentes no Banco de Periódicos da Capes sobre o tema. Trabalhou-se com um total de 57 resumos, através da elaboração de um instrumento que permitiu o mapeamento das características relevantes da produção. Verificou-se uma discussão relevante sobre o PPP no nível superior de ensino, onde parte significativa dos artigos se volta para o curso de enfermagem. Apenas 14 dos resumos foram associados ao nível de ensino da educação básica. Dentre outras constatações, emergiu a identificação de uma possível fragilidade teórica nos artigos contidos neste banco de Periódicos, sendo que, dos 57 resumos, foram citados autores em apenas 7.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Mapeamento de resumos. Avaliação de pesquisas.

Abstract: We discussed the characteristics of the production of articles on the theme of the Political-Pedagogical Project (PPP) in Brazil. A mapping of the abstracts of articles existing in the CAPES Periodicals Database on the subject was carried out. A total of 57 abstracts were used, through the development of an instrument that allowed the mapping of the relevant characteristics of the production. A relevant discussion on the PPP at the higher education level was observed, where a significant portion of the articles focuses on the nursing course. Only 14 of the abstracts were associated with the basic education level. Among other findings, a possible theoretical weakness emerged in the articles contained in this Periodicals Database, since, out of the 57 abstracts, authors were cited in only 7.

Keywords: Political-Pedagogical Project. Abstract mapping. Research evaluation.

Resumen: Se analizan las características de la producción de artículos sobre el Proyecto Político-Pedagógico (PPP) en Brasil. Se realizó un mapeo de los resúmenes de los artículos existentes en la Base de Revistas de CAPES sobre el tema. Se trabajó con un total de 57 resúmenes mediante la elaboración de un instrumento que permitió identificar las características relevantes de la producción. Se observó una discusión relevante sobre el PPP en la educación superior, donde una parte significativa de los artículos se dedica a la carrera de Enfermería. Solo 14 de los resúmenes se asociaron con la educación básica. Entre otros hallazgos, se identificó una posible debilidad teórica en los artículos contenidos en esta base de revistas, ya que, de los 57 resúmenes, solo siete citaban autores.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Palabras clave: Proyecto Político-Pedagógico; mapeo de resúmenes; evaluación de investigaciones.

1. Introdução

Levando em consideração a desigualdade social e as graves injustiças, características da realidade social brasileira, urge nos unirmos às lutas referentes à melhoria do ensino, especialmente do ensino nas escolas públicas, tendo em vista que são as que recebem a parte da população mais excluída da sociedade.

Atualmente, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) tem-se constituído em um dos elementos possíveis para tal melhoria, visto que, de um lado, pode propiciar e intensificar o trabalho colaborativo e, por outro, pode desencadear rupturas com a atual organização do trabalho e o funcionamento das instituições educativas.

Mencionamos aqui que optamos pela nomenclatura Projeto Político- Pedagógico por entendermos que o termo contempla desde as dimensões mais específicas da escola, pedagógica, comunitária e administrativa, até as mais gerais: políticas, culturais e econômicas.

É válido destacar que há uma nomenclatura diferenciada empregada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (Lei nº 9.394, de 1996): “Proposta Pedagógica” nos artigos 12 e 13 e “Projeto Pedagógico” no artigo 14.

Sustentamos, acima de tudo, que o Projeto Pedagógico é político por ser intencional no bojo da escola, por guiar e nortear seus trabalhos, dando um rumo a eles. Todavia, sendo o Projeto Político-Pedagógico intencional, faz-se necessário compreender que ele traz em si as concepções de mundo, de homem e de educação daqueles gestores e educadores que o definem.

Para Gadotti (2001),

> não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Deste modo, o PPP vem sendo compreendido com muita centralidade na literatura pedagógica sobre a temática. Vasconcellos (2004, p. 169) define o Projeto Político-Pedagógico com a seguinte explicação:

> É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

> concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Veiga (2009, p. 167) ainda nos garante que:

> o Projeto Político-Pedagógico, ao dar uma nova identidade à escola, contempla em suas reflexões a questão da educação de qualidade, entendida aqui nas suas dimensões indissociáveis: a formal ou técnica, a social e a política. Uma não está subordinada à outra; cada uma delas tem perspectivas próprias.

O PPP é apontado também pelas normas legais e instâncias governamentais como um dos elementos fundamentais para contribuir com a melhoria da qualidade do ensino no país.

Todavia, no dia-a-dia escolar parece haver uma espécie de “divórcio” quando se fala em PPP. De um lado, o PPP tende a ser muito valorizado como um instrumento para o avanço da qualidade do ensino público. De outro lado, há a constatação do chamado “PPP de gaveta”, apontado com frequência em conversas informais com os profissionais que trabalham nas escolas públicas. Trata-se daquele PPP que existe na escola, mas que não se efetiva e não é tomado como base para a organização e integração das atividades da instituição educativa, exatamente em direções opostas das que Veiga (1998) aponta:

> [...] o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Na direção de buscar elementos que contribuam para o entendimento desse “descompasso”, o presente Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia (TCC), busca aproximações analíticas iniciais com a identificação do tipo de pesquisa acadêmica que vem sendo realizada no país sobre o Projeto Político-Pedagógico.

Alguns dos autores que fundamentaram as discussões subsequentes, a partir do levantamento bibliográfico, auxiliando na construção deste texto foram: Veiga (1998 e 2009), Vasconcellos (2004), Gadotti (2001) e Knoblauch et al. (2012). Além destes teóricos, a legislação pertinente, em âmbito federal e estadual, também subsidiou as reflexões.

Mais especificamente, tomamos como objeto de análise os resumos de artigos científicos sobre a temática do Projeto Político-Pedagógico existentes no banco de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A partir disso,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

mapeamos certas características de um total de cinquenta e sete resumos das revistas acadêmicas, revisadas por pares, existentes neste banco de periódicos.

Nesse sentido, o objetivo geral foi realizar um mapeamento qualitativo e quantitativo da produção acadêmica existente sobre a temática do PPP, no banco de periódicos da Capes, examinando os resumos de artigos científicos ali existentes. Os objetivos específicos do estudo foram caracterizar a produção e avaliar dimensões quantitativas, apontando possíveis tendências e/ou ausências.

Na sequência deste texto, primeiramente apresentamos uma revisão bibliográfica de alguns dos aspectos ligados ao tema: aproximação com a escola pública brasileira; bases legais que preveem o Projeto Político-Pedagógico nas instituições de ensino; o que os autores referenciados mencionam sobre o papel do PPP na qualidade do ensino e as características mais relevantes.

Após isso, apresentamos qual foi a metodologia e a fonte de dados utilizada nesta pesquisa, bem como os dados levantados por meio do mapeamento e as análises iniciais.

2. Revisão bibliográfica

Escola pública brasileira

O contexto social brasileiro, desde muito, vem sendo caracterizado por uma abissal desigualdade. Desigualdade esta, que diz respeito à má distribuição de seus recursos entre a população. Inserido em um sistema econômico de capitalismo selvagem, tem evidenciado condições extremas de desigualdades sociais e espaciais, que se manifestam de modo particular entre as regiões do País.

Essa disparidade econômica se reflete de muitos modos, prejudicando drasticamente a qualidade de vida da população. Apesar de a Constituição Federal, códigos e estatutos assegurarem direitos iguais a todos de acesso à educação, habitação, saúde, segurança pública, ainda assim, a realidade está muito aquém daquilo que deveria resultar na prática.

Inserida nesse contexto, situamos a tão importante escola pública brasileira.

Uma educação pública é uma educação de todos, para todos, atingindo de forma obrigatória todos, e, assim, garantindo sua universalidade. E se essa educação pública é obrigatória, deve ser gratuita, visto que é para todos e mantida pelo Estado; e se mantida pelo

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Estado e igualitária, deve ser laica. Esses princípios estão coligados à gênese da educação pública (Lopes, 1981, apud Souza, et al., 2005, p. 7, v. 1).

Assim, compete a uma escola pública, laica, gratuita e universal, acolher todos os cidadãos que dela necessitem, em certo período de sua vida, sem fazer- lhes discriminação, proporcionando uma cultura que os tornem sujeitos autônomos, críticos e participativos na sociedade, ou seja, cidadãos.

Atualmente, em nossa sociedade, a escola ainda se constitui como uma das principais instâncias de realização do fenômeno educativo. Nesse sentido, precisa estar a serviço da comunidade, cabendo a ela dispor de meios para que os sujeitos que dela fazem parte possam tomar responsabilidade pessoal, dentro e fora dela, nas questões pertinentes à sua cidadania.

Segundo Marilena Chauí (1991, apud Souza, et al., 2005, p. 6, v. 1), o conceito do que é público provém da necessidade de compreendermos que existe uma esfera coletiva humana, de interface e convívio entre as pessoas.

Posto que uma escola pública, de todos e para todos, é um direito social estabelecido no Brasil, urge que a qualidade do ensino seja sua primazia. Nesta perspectiva, muitas instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, órgãos governamentais, professores e pesquisadores, têm tomado o Projeto Político-Pedagógico da escola como objeto de estudo, em busca da melhoria da qualidade do ensino.

O Projeto Político-Pedagógico é, em geral, apontado como um dos documentos de maior relevância da escola, visto que, inclusive, sem ele, do ponto de vista burocrático, uma escola não pode sequer abrir suas portas. Ou seja, é apresentado frequentemente como “o coração da escola” visando organizar, o seu trabalho pedagógico, dentro e fora da sala de aula. Assim sendo, precisa ser vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos com o processo educativo escolar, algo difícil de ser encontrado na realidade da escola pública brasileira.

Se a escola possui funções sociais o PPP deve possibilitar colocar em prática essas funções, a partir de uma intencionalidade que as efetivem.

Um elemento articulador que pode definir essas funções sociais da escola é a garantia da formação de homens e mulheres aptos a exercer sua cidadania frente à realidade em que se encontram. Cidadania aqui entendida como a competência de compreender criticamente o caráter histórico da realidade.

Se vivemos num contexto complexo precisamos estar atentos e ser capaz de explicar e agir sobre as dificuldades que nos circundam, de modo crítico e autônomo. É somente neste sentido que a vida humana se tornará mais digna.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Portanto, cabe a escola e às suas práticas educativas, juntamente com as políticas públicas, garantir tanto o acesso e a permanência à escola, como também uma escolarização de qualidade que propicie afrontar a exclusão.

Bases legais

Uma escola para ser de qualidade precisa realizar com intencionalidade suas ações educativas, ou seja, saber o porquê o faz e para quem o faz. Nesse contexto, o PPP apresenta potencial para se constituir como elemento para o avanço de qualidade da escola pública brasileira. Deste modo,

> o Plano é um documento que registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer, com quem fazer. Para que exista o Plano é necessário que um grupo tenha antes se reunido e, com base nos dados e informações disponíveis, tenha definido os objetivos a serem alcançados, tenha confrontado os objetivos com os recursos humanos e financeiros disponíveis, tenha definido o período de realização das ações, enfim, tenha organizado o conjunto de ações e recursos (Sobrinho, 1994 apud Prado, 2002).

O PPP, por ser um documento de suma importância para as instituições de ensino, é reconhecido pela legislação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (Lei nº 9.394, de 1996), confia à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. O título IV da lei, sessão da Organização da Educação Nacional, artigo 12, inciso I, prevê que: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996). Segundo esta disposição legal, a escola, como sua primordial tarefa, deve atribuir-se o exercício de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

Posteriormente, no artigo 13, inciso I, prevê que: “os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e no artigo 14, inciso I, prevê que: “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (Brasil, 1996).

Assim, fica claro que construir, executar e avaliar o PPP é tarefa da escola, algo que ultrapassa o âmbito das relações interpessoais, para tornar-se uma dimensão “realisticamente situada nas estruturas e funções específicas da escola, nos recursos e limites que o singularizam, envolvendo ações continuadas em prazos distintos” (Marques, 1990, apud Veiga, 2009).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Como prevê a lei, o PPP é proposto também com a finalidade de descentralizar o poder e democratizar a tomada de decisões da organização escolar, numa perspectiva de gestão democrática, possibilitando assim maior participação de todos os agentes da escola. Exemplo disso fica exposto também nas normas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Superintendência da Educação, quando afirma: II. Quanto à legalidade e legitimidade do Projeto Político-Pedagógico:

> 1. A elaboração do Projeto Pedagógico, da Proposta Pedagógica ou Proposta Curricular está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, nos seus artigos 13, 14 e
> 15.
> 2. O Projeto Político-Pedagógico deverá ser discutido, aprovado e acompanhado em sua efetivação pelo Conselho Escolar, conforme previsto no artigo 6º, § 1º da Deliberação N° 16/99 – CEE.
> 3. O Projeto Político-Pedagógico em seus encaminhamentos, fundamentos e princípios deve ser legitimado pelo Regimento Escolar, o qual, da mesma forma, deve ser construído e definido coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar (SUED/SEED, 2010).

Essa breve referência às bases legais que instituem o Projeto Político- Pedagógico da escola permite-nos considerar que o PPP é assegurado pela legislação e tido como um documento que merece destaque na educação.

Qualidade do ensino

O termo qualidade vem do latim qualitate e significa propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas, capaz de distingui-las das outras ou de lhes determinar a natureza. Numa escala de valores, qualidade que permite avaliar e, consequentemente, aprovar, acertar ou recusar (Ferreira, 2004).

O eixo da inclusão e o da igualdade social é que sustentam a educação de qualidade. Necessário, portanto, é

> fortalecer as condições de acesso, sucesso e permanência do aluno na escola, bem como o desenvolvimento de estratégias para a integração de diferentes instituições educativas da sociedade e investir, simultaneamente, na educação básica e na educação superior. Essa estratégia diz respeito à ação coordenadora do poder público, e entre este e a sociedade. A conquista da qualidade social e política da educação é uma tarefa conjunta dos gestores do sistema público de ensino, da organização, dos profissionais da educação, dos pesquisadores e especialistas, da comunidade escolar, enfim, de toda a sociedade envolvida no processo educacional (Veiga, 2009, v. 3, n. 4, p. 163-171).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

O PPP precisa visar a qualidade em todo o processo escolar, e não simplesmente um rearranjo formal da escola (Veiga, 2002). Muitos autores definem como o marco principal do PPP o fato dele não ser de modo algum neutro. Nele não haveria neutralidade e sim intencionalidade, em tudo o que define e se propõe a cumprir. Isso é,

> reforça-se neste sentido, a importância de compreender que o Projeto Político-Pedagógico traz as marcas da concepção de mundo, humanidade e educação dos gestores das políticas públicas, dos gestores de escola, dos educadores, uma vez que não existe neutralidade no fazer pedagógico (Souza, et al., 2005, volume 3, p. 4).

É somente por meio das experiências, processos e resultados e das práticas pedagógicas vividas nas interações entre todos os envolvidos no processo escolar, ou seja, alunos, professores, pais e responsáveis, funcionários e representantes da comunidade, que a educação pode atingir seu pleno sentido.

Não obstante, para que isso aconteça se faz imediato romper com o conservadorismo da concepção educacional presente na organização do trabalho pedagógico escolar e na vida escolar dos alunos. Esse trabalho depende de um processo, de um esforço contínuo de todos aqueles que acreditam em uma escola de qualidade a partir de uma dinâmica de gestão escolar democrática.

Essa gestão democrática requer uma cisão com a prática administrativa escolar conservadora e o desafio de enfrentar situações como reprovação de alunos, exclusão, enfim, tudo aquilo que marginaliza as classes populares. Vale destacar que a gestão democrática visa também preservar uma visão de globalidade da escola, ou seja, como a escola é organizada e como a sala de aula é organizada, incluindo sua relação com o contexto social imediato (Veiga, 2002).

Ainda para Veiga,

> a gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (Veiga, 1998, p. 19).

Diante disso, podemos afirmar que não há um padrão para uma escola de qualidade, pois o conceito de qualidade é dinâmico e está sempre em reconstrução. Dessa forma, cada escola propõe, reflete e age a favor do processo de construção da educação de qualidade (Veiga, 2009).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Ainda em seu processo de construção da educação de qualidade, a escola deve transformar-se em uma comunidade com diálogo coletivo, ouvindo o que a comunidade escolar tem para falar.

Por esse ângulo,

> é preciso transformar a vida da aula e da escola de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação [...] Apenas vivendo de forma democrática na escola pode se aprender a viver, a sentir democraticamente na sociedade, a construir e respeitar o delicado equilíbrio entre a esfera dos interesses e necessidades individuais e as exigências de coletividade (Gómez, 2000, apud Veiga, 2009, p. 168).

Assumindo suas potencialidades e fragilidades, a escola terá condições de intervir para melhorar sua qualidade, conforme seus próprios métodos e prioridades.

Projeto político-pedagógico

O termo projeto vem do latim projectu, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (Ferreira, 1975).

> Assim definido, podemos concluir que busca um norte, com uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, 2002, p.1).

Planejar é um componente inerente ao trabalho pedagógico. Dessa forma, uma ação intencional, planejada, visa a melhoria da qualidade do ensino. Por conseguinte, um PPP elaborado coletivamente e vivo no cotidiano escolar só tem a contribuir com o trabalho pedagógico. Daí surge à dúvida sobre o que e como planejar as ações intencionais da escola, questão abordada por Souza et al. 2005 quando aponta que,

> planejar implica em pelo menos três movimentos: que se tenha clareza de onde se quer chegar; que se consiga dimensionar a que distância se está desse ponto de

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

> chegada; e que se defina o que se deve fazer para diminuir essa distância (Souza, et al., 2005, volume 2, p. 1).

O Projeto Político-Pedagógico não é o plano do diretor da escola. Ele é um processo de trabalho coletivo escolar, que necessita de forma permanente, refletir sobre os problemas de todo o âmbito escolar, das propostas, enfim, encontrando soluções para cada necessidade e para cada problema específico.

> Tem, portanto, valor de articulação da prática, de memória do significado da ação, de elemento de referência para a caminhada. O Projeto Político- Pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimento. Assim, construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento (Vasconcellos, 1995).

Todos os envolvidos na elaboração do PPP, ao fazê-lo, têm a possibilidade de refletir sua prática educativa, dar um novo significado para suas experiências, retomar valores, expressar aquilo que acumularam de saberes e a visão de mundo que possuem, estabelecer novas relações de convivência e indicar um horizonte de novos caminhos (Souza, et al., 2005).

> O projeto é justamente um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica. E, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola (Vasconcellos, 1995, p. 143).

Assim, se o Projeto Político-Pedagógico da escola é construído de forma coletiva, seria da responsabilidade de todos a sua execução, sendo relevante que conhecessem a realidade que a permeia bem como o fato de que ela

> persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem- se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados (Alves, 1992 apud Veiga, 2002).

Entretanto, não é isso que pode ser observado. Muitas vezes os professores e gestores não se dão conta de quais são as finalidades da escola, a quais metas desejam chegar, o que devem fazer para melhorar a qualidade de seu trabalho educacional e como entrar num consenso para elaborar novos caminhos a serem percorridos. A pluralidade de ideias e diferentes pontos de vista a respeito da vida escolar dificultam o processo. Contudo,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

> o consenso não é ponto de partida para a interação dos protagonistas, pois apenas obscurece a diversidade; ele deve ser buscado numa trajetória que comporte a discussão, o conflito; enfim, o consenso e as decisões devem ser construídos coletivamente (Spósito, 2002, p.52).

Muitos professores pensam ainda que a elaboração de tal projeto ficará somente no discurso ou no papel, não sendo colocado em prática concretamente. Frente a isso, muitos não se comprometem com a sua elaboração, atrapalhando assim todo o potencial do trabalho pedagógico. Como dizem Gadotti e Romão, 2001,

> o projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada comunidade em assumir a sua 'cara' tanto para dentro, nas menores manifestações de seu cotidiano, quanto para fora, no contexto histórico em que ela se insere.

Entretanto, é nesse momento que o movimento coletivo deve vir à tona como um estímulo e não como uma imposição, com o propósito de encaminhar um trabalho pedagógico coerente e seguro ao PPP.

Outra característica que parece afetar diretamente aqueles envolvidos com o PPP da escola, é a organização do trabalho escolar que visa o atendimento de necessidades burocráticas em detrimento das próprias questões pedagógicas, visto que o primeiro modo marcou, desde a sua gênese, a estruturação do planejamento escolar.

Vasconcellos (1995) elenca ainda outros equívocos e dificuldades que perpassam a construção do Projeto Político-Pedagógico escolar, como: falta de exercício democrático na escola; falta de condições objetivas de espaço-tempo para encontro, reflexão, elaboração e acompanhamento do projeto; rotatividade de pessoas; falta de experiência do trabalho em grupo; falta de esperança/confiança na instituição; imediatismo, perfeccionismo, comodismo por parte dos sujeitos, dentre outros.

Nesse contexto de dificuldades encontra-se também o chamado "PPP de gaveta", aquele que existe de forma eminentemente burocrática, sendo desconhecido pela comunidade escolar e irrelevante para as práticas escolares. O "PPP de gaveta" é muito citado em conversas informais com os sujeitos que vivem o cotidiano escolar, pois é tido como extenso, formal ou reduzido a uma sequência de passos engessadora, sem vida, sem significado. É também, ou ainda, é visto como um documento que define uma concepção, um modo peculiar de trabalho para a escola, mas, não é posto em prática na vida escolar. Questionando essas limitações, Vasconcellos indica que

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

> o PPP não é algo que se coloca como um 'a mais' para a escola, como um rol de preocupações que remete para fora dela, para questões 'estratosféricas'. Pelo contrário, é uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola (Vasconcellos, 1995).

Desse modo, fica evidente que, muitas vezes, os próprios responsáveis pela elaboração do PPP não dão conta de entender a importância e a finalidade de se produzir um documento como este, dado que em sua elaboração muitas questões deveriam ser levadas em consideração, tais como: Qual a função da escola? Que tipo de cidadão e sociedade queremos formar? Qual o trabalho pedagógico a ser desenvolvido?

Refletindo sobre tais questões é possível delinear quais são as concepções já formadas entre os agentes responsáveis pela sua elaboração e mais, é possível tornar evidente quais são as metas a serem alcançadas com o PPP. Tais questões nos fazem

> tomar posição sobre como queremos que seja nossa escola, quais conhecimentos e qual cultura ela vai valorizar no seu trabalho educativo, como ela vai trabalhar com o saber de experiência construído pelos educandos e educadores, que relação ela vai estabelecer com a comunidade onde se insere, como os diferentes atores sociais vão participar da construção e organização do trabalho pedagógico escolar (Souza, et al., 2005, volume 3, p. 8).

Para aprofundar ainda mais essa discussão podemos recorrer a Vasconcellos (1995), quando menciona que o Projeto Político-Pedagógico pode ser estruturado em três partes: I. Marco Referencial (o que queremos alcançar), II. Diagnóstico (o que nos falta para ser o que desejamos?) e III. Programação (o que faremos concretamente para suprir tal falta?).

> Observando a estrutura do projeto, podemos identificar as três dimensões fundamentais da ação humana consciente. Grosso modo, o Marco Referencial corresponde à dimensão da Finalidade; o Diagnóstico, à Realidade e a Programação, à Mediação. Acontece que em cada uma das partes do Projeto, temos uma nova articulação interna entre as três dimensões (Vasconcellos, 1995).

A seguir faremos uma breve alusão do significado destas três dimensões:

I. Marco Referencial

O primeiro passo demanda que sejam explicitadas todas as ideias, opções e teorias que o grupo deseja que orientem a prática escolar. Para mais, faz-se fundamental analisar em qual contexto a escola está inserida, para posteriormente definir com qual projeto de formação se comprometerá.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Até mesmo porque,

> o Marco Referencial é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. Expressa o 'rumo', o horizonte, a direção que a instituição escolheu, fundamentado em elementos teóricos da filosofia, das ciências, da fé. Implica, portanto, opção e fundamentação (Vasconcellos, 1995).

Assim, é neste marco que ficam expressos o sentido do trabalho escolar e as expectativas traçadas pelo grupo.

II. Diagnóstico

Como segundo passo para a elaboração do PPP temos o diagnóstico, que pode ser definido como um mapeamento das dificuldades e dos dados da realidade, segundo a análise realizada no marco referencial. Nesse sentido,

> o diagnóstico não é, portanto, simplesmente um retrato da realidade ou um mero levantar dificuldades; antes de tudo, é um olhar atento à realidade para identificar as necessidades radicais, e/ou o confronto entre a situação que vivemos e a situação que desejamos viver para chegar a essas necessidades. Embora a descrição seja necessária, não é suficiente para sua compreensão crítica. Fica patente, pois, que antes de se fazer o Diagnóstico é fundamental que todo o Marco Referencial esteja concluído e conhecido pela comunidade (Vasconcellos, 1995).

Sobre esse ponto é fundamental ter em conta que diagnosticar não se reduz às críticas frente à realidade, mas, também, na identificação de elementos positivos que podem estar presentes nesse contexto. O diagnóstico, para ser efetivo, deve identificar os problemas relevantes e, a partir deles, definir uma posição na tentativa de saná-los.

III. Programação

Finalizado o diagnóstico, faz-se necessário pensar em ações concretas, permanentes ou temporárias, ou mesmo elaborar um esquema de ações para atingir a intencionalidade estabelecida no marco referencial. Tudo para atender às deficiências apontadas a partir do diagnóstico.

Para se ter um plano de ação bem elaborado é importante que cada problema constatado tenha uma ação efetiva para saná-lo. Assim,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

> a Programação é o conjunto de ações concretas assumido pela instituição, naquele espaço de tempo previsto no plano, que tem por objetivo superar as necessidades identificadas (Vasconcellos, 1995).

Na perspectiva do autor, se estas três dimensões forem consideradas será possível elaborar um Projeto Político-Pedagógico consistente para a escola. Contudo, vale lembrar que depois de elaborado ele precisa ser, também de forma coletiva, posto em prática, avaliado e replanejado, sempre que as circunstâncias o indicarem.

3. Metodologia e fontes

Esta é uma pesquisa de natureza bibliográfica, realizada a partir do levantamento dos resumos de artigos existentes nos periódicos do banco de dados da Capes, voltados para o tema do PPP.

O portal de periódicos da Capes foi oficialmente inaugurado em 11 de novembro de 2000, “na mesma época em que começavam a ser criadas as bibliotecas virtuais e quando as editoras iniciavam o processo de digitalização dos seus acervos” (MEC, 2014). Em 2001, contava com um total 1.882 periódicos, passando a ter com 26.372 em 2010, aumentando nesses anos “mais de 24 mil títulos com texto completo” (MEC, 2014). Em 24 de outubro de 2014, este banco de periódicos registrava um total de 1.377 periódicos, entre nacionais e estrangeiros, contidos na área de conhecimento da educação, constituindo-se, portanto, como uma significativa biblioteca virtual de acesso gratuito.

Acessamos primeiramente esse banco por meio do site www.capes.gov.br. Acessamos inicialmente os dados no dia 21 de maio de 2014. No banco de dados dos periódicos, constava no alto da página, de modo bem destacado, o campo para busca onde se registra a(s) palavra(s) desejada(s)1. Quando entramos com o termo Projeto Político-Pedagógico, apareceu

inicialmente um total de 297 resumos, não alterando a quantidade quando escrito com as letras iniciais em maiúscula ou em minúscula.

Esses resumos estavam organizados na página do site do seguinte modo: título do trabalho, autor(es), nome da revista de publicação, ano e outros dados da publicação, resumo do trabalho (em geral constando em português e em inglês). Se havia o texto completo disponível ou não e também um link para exibir online (com a capa da revista, detalhamentos bibliográficos, etc.) e outro link para detalhes (título, autor, assuntos, publicação, descrição, identificador, fonte).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Havia uma média de dez resumos por página, com um total de dezenove páginas, naquele momento.

Uma das opções de ordenamento dos resumos contida no site seria a dos artigos revisados por pares. Escolhemos trabalhar com esses, por entender que seguem critérios favorecedores de maior qualidade dos textos. A partir desta condição, somaram-se 187 resumos. Em seguida, acionamos ainda outro critério de ordenamento, o chamado de Mais Acessados, pois, assim, priorizaríamos os resumos dos artigos que tiveram maior circulação. A princípio, pareceu que esses resumos são os mesmos que aparecem quando acionamos o critério Relevância. Todavia, não houve tempo para conferir se de fato eles coincidem.

Partindo disso, com o intuito de organizar os dados coletados, após várias leituras e releituras dos 187 resumos e tendo por base o mapeamento realizado por Knoblauch et al. (2012) a respeito do termo “cultura escolar”, destacamos os aspectos que nos pareceram mais relevantes e elaboramos um banco de registros formado por dois quadros3 com as principais características dessa produção.

Como não foi possível encaixar todos os dados em um único quadro, dividimos as informações em duas partes, tal qual segue abaixo:

Quadro 1A: Autor/es do artigo e o número do resumo; Revista; Local da publicação; Ano da Publicação; Título do artigo; Palavras-chave; Temáticas/Conceitos enfatizados.

Quadro 1B: Área de conhecimento (história da educação, sociologia da educação); Autores citados no resumo; Período Pesquisado (contemporâneo ou histórico); Objetivos/problema; Metodologia citada; Nível/modalidade de ensino a que se refere; Conclusões.

Quadro 1a- principais características da produção

1 Cabe registrar que houve mudança recente no modo de organização do site da Capes, não estando mais disponível do mesmo modo como o encontramos quando levantamos os dados dessa pesquisa.

Autor/es do artigo Número do resumo	Revista	Local da publicação	Ano da Publicação	Título do artigo	Palavras-chave	Temáticas/ Conceitos enfatizados

FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Quadro 1b - principais características da produção

Área de conhecimento (história da educação, sociologia da educação)	Autores citados no resumo	Período Pesquisado (contemporâneo ou histórico)	Objetivos/ problema	Metodologia citada	Nível/ modalidade de ensino a que se refere	Conclusões
FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).						

Mesmo sendo os resumos captados a partir do termo Projeto Político- Pedagógico, a leitura detalhada demonstrou que dois deles se repetiam e muitos não se relacionavam com a temática. Alguns resumos referiram somente a palavra projeto, ou político, ou pedagógico em outros contextos, não se aproximando do que pretendíamos. Exemplos disso foram os resumos de número sessenta e dois, mencionando o “projeto educativo liberal republicano” e o sessenta e seis, a “pedagogia de projetos na escola”.

Após várias leituras dos 187 resumos, resolvemos, então, descartar aqueles repetidos; os existentes apenas em línguas estrangeiras e/ou que tivessem o texto completo do artigo e o título em língua estrangeira; artigos que não possuíssem resumo, contendo somente título do trabalho e autor; e resumos que não remetessem ao Projeto Político-Pedagógico, não fazendo menção à temática nem no título, nem no resumo, nem nas palavras-chave, na direção dos dois exemplos dados anteriormente.

Desse modo, foram descartados 130 resumos. Com isso, nossa pesquisa ficou circunscrita a um total de 57 resumos mantidos para a análise.

É relevante destacar neste momento que, a princípio, tomaríamos somente para análise os resumos dos artigos que discutissem o PPP na escola básica (pública) brasileira. Entretanto, após a leitura dos resumos, tivemos uma grande surpresa, uma vez que dos 57 resumos, trinta e três deles, ou seja, mais da metade da produção analisada, remetia ao ensino superior brasileiro. Desse modo, nos pareceu de bom senso tomar igualmente esses resumos para nosso estudo.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Por fim, é de suma relevância destacar que, para a construção de tais análises, tomamos como referência o artigo “Levantamento de pesquisas sobre cultura escolar no Brasil”, de Adriane Knoblauch, Ana Lúcia Silva Ratto, Luciane Paiva Alves de Oliveira e Valéria Milena Rohrich Ferreira, (Knoblauch et al., 2012), que expõe o mapeamento do termo “cultura escolar” no contexto da produção dos programas de pós-graduação brasileiros, por meio do resumo de teses e dissertações localizado no site da Capes.

A seguir, apresentamos os resultados do levantamento quantitativo de alguns dos aspectos examinados. Vale lembrar que, diante do pouco tempo disponível, não foi possível se debruçar sobre todas as possibilidades analíticas. Todavia, os resultados constituem a base de nossas interpretações iniciais.

4. Mapeamento e análises iniciais

A partir da organização dos dados chegamos ao seguinte agrupamento em relação ao nível/modalidade de ensino:

Tabela 1 – distribuição dos resumos relativos ao nível/ modalidade de ensino a que se referem

NÍVEL / MODALIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Educação Superior	33	57,89%
Educação Básica	14	24,56%
Indefinido	6	10,53%
Educação Indígena	2	3,51%
Escolas Técnicas	2	3,51%
Total	57	100%

FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

No que se refere aos níveis e modalidades de ensino, do total de 57 resumos analisados, esse aspecto foi mencionado em 51 deles (89,47%). Com relação à educação básica foram 14 os resumos delimitados, sendo dois deles explicitamente referentes à primeira etapa da educação básica, a educação infantil, (os resumos de número treze e vinte e quatro) e dois referentes ao ensino fundamental (trinta e cinquenta). Os demais 10 resumos não especificaram à qual etapa pertenciam, todavia, por mencionarem nos resumos palavras como: “escola

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

pública", "escolas básicas brasileiras", "projeto político-pedagógico da escola", entendemos que tratavam da educação básica brasileira e, por conta disso, entraram nesse agrupamento.

Exemplo disso pode ser verificado nos objetivos/problema dos resumos de número oito4: "buscou-se verificar como o Projeto Político-Pedagógico é entendido e sua relação com a construção da autonomia da escola pública"; e de número dez: "objetivando refletir sobre experiências de gestão e organização de escolas básicas brasileiras".

Observando o conjunto dos dados, verificamos um vasto volume de resumos relativos ao ensino superior, fato que revela especial importância à discussão sobre o PPP. Nesse sentido, trinta e três resumos remetem a um nível de ensino equivalendo a 57,89% da produção, o que representa mais da metade dos resumos avaliados. Um fato ainda mais peculiar é o de que vinte e cinco desses estudos em nível superior são na área da saúde, sendo vinte e três deles sobre o contexto do curso de graduação em enfermagem.

4 Cf. Apêndice 2.

Além destes níveis de ensino, aparecem em menor quantidade trabalhos relacionados à modalidade "educação indígena" e "escolas técnicas", ambas com 3,51% da produção. É válido destacar que os dois resumos que tratam das escolas técnicas estão ligados à área da saúde: Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) e Escola Técnica: Programa de Aprimoramento Profissional (PAP) no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia (IDPC).

Posteriormente, com um índice um pouco mais elevado, 10,53% da produção, estão os resumos denominados indefinidos, ou seja, que não apresentaram explicitamente no resumo nenhum elemento que possibilitasse relacionar com o nível ou modalidade de ensino ao qual se referiam. Nesses, os elementos parecem indicar em geral tratar-se de discussões teóricas acerca da temática do Projeto Político-Pedagógico. Exemplo disso são os artigos de número um e três, que levantam questões como: "Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador"; "Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?".

Apesar da centralidade dessa temática do PPP nos discursos que apontam os elementos necessários para o avanço da qualidade de ensino, as pesquisas veiculadas pelo Banco da Capes, destacam essa importância ao ensino superior, especialmente os cursos na área de saúde/enfermagem.

Nesse sentido, estranhamos que em apenas 24,56% dos resumos tenha sido possível inferir ou indicar tratar-se de escola básica. Nesse caso, por que será então que a alardeada

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

importância do PPP para a melhoria do funcionamento escolar não vem tendo correspondência com o volume de pesquisas voltadas para esse nível de ensino? Será que a área da educação não vem se interessando, de modo destacado, pelo estudo desta questão? Será que o PPP, tal qual vem sendo formulado, não encontra respaldo ou aderência no cotidiano escolar? Ou será que os aspectos do cotidiano são menos considerados como objeto de estudo nas pesquisas em curso no país?

Desse modo, consideramos relevante avaliar a quantidade de pesquisas relativas ao PPP no contexto da escola contemporânea, algo que fica exposto na tabela a seguir:

Tabela 2 – resumos de acordo com o período pesquisado (contemporâneo ou histórico)

PERÍODO PESQUISADO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Contemporâneo	52	91,23%
Histórico	5	8,77%
Total	57	100%

FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

Na direção do que Knoblauch et. al. indicaram (2012, p. 563), um aspecto que se tornou visível a partir da tabulação dos dados, foi a classificação dos resumos em função da delimitação temporal do trabalho como sendo de tipo histórico ou contemporâneo.

Dessa forma, para a definição de um trabalho como sendo de cunho histórico, adotou-se como critério, ao ler os resumos, se ficava explícito algum indício de que o estudo estava voltado a algum período histórico específico. Exemplo disso é o resumo de número sete, cujo título do artigo é: Estado Novo: Projeto Político- Pedagógico e a construção do saber, que faz uma “análise do discurso da imprensa laica e religiosa de Pernambuco, no Estado Novo, e do conteúdo da correspondência particular do interventor Agamenon Magalhães”. A partir dessa delimitação, obteve-se a soma de cinco resumos relacionados a artigos de cunho histórico, o que significa 8,77% de toda a produção pesquisada.

Achamos por bem considerar os demais resumos como contemporâneos, visto que não faziam menção a termos que delimitavam algum período histórico específico. Alguns exemplos de temáticas dos resumos considerados como contemporâneos são: estudos teóricos sobre diferentes concepções de educação, gestão e PPP; relações de poder e PPP; as representações sociais dos conselheiros sobre PPP; reflexão sobre experiências de gestão, organização escolar e PPP.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Vale destacar que foram considerados contemporâneos também, os poucos resumos que manifestaram ter uma reflexão histórica, contudo, deixando claro que a preocupação principal do estudo seria o momento atual. Exemplo disso é o resumo de número seis que "trata de uma descrição dos momentos históricos do curso de enfermagem da Universidade Estadual do Ceará e seus reflexos no atual processo de formação profissional". A partir desta delimitação, obteve-se a soma de cinquenta e dois resumos, o que significa 91,23% de toda a produção pesquisada.

Assim, os dados indicam que a temática do Projeto Político-Pedagógico, ao menos de modo central, não vem sendo de interesse majoritário entre os estudos de natureza histórica.

No que se refere à frequência anual das publicações, chegamos ao seguinte mapeamento:

Tabela 3 – quantidade de resumos de periódicos sobre projeto político-pedagógico por ano de publicação

ANO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
1998	1	1,75%
1999	1	1,75%
2000	1	1,75%
2001	0	0%
2002	2	3,51%
2003	15	26,32%
2004	6	10,53%
2005	6	10,53%
2006	3	5,26%
2007	1	1,75%
2008	3	5,26%
2009	4	7,02%
2010	4	7,02%
2011	3	5,26%
2012	5	8,78%
2013	2	3,51%
Total	57	100%

FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

Com base nos dados acima, a publicação dos periódicos sobre Projeto Político-Pedagógico inicia no ano de 1998 mantendo até o ano de 2000 um percentual anual de produção

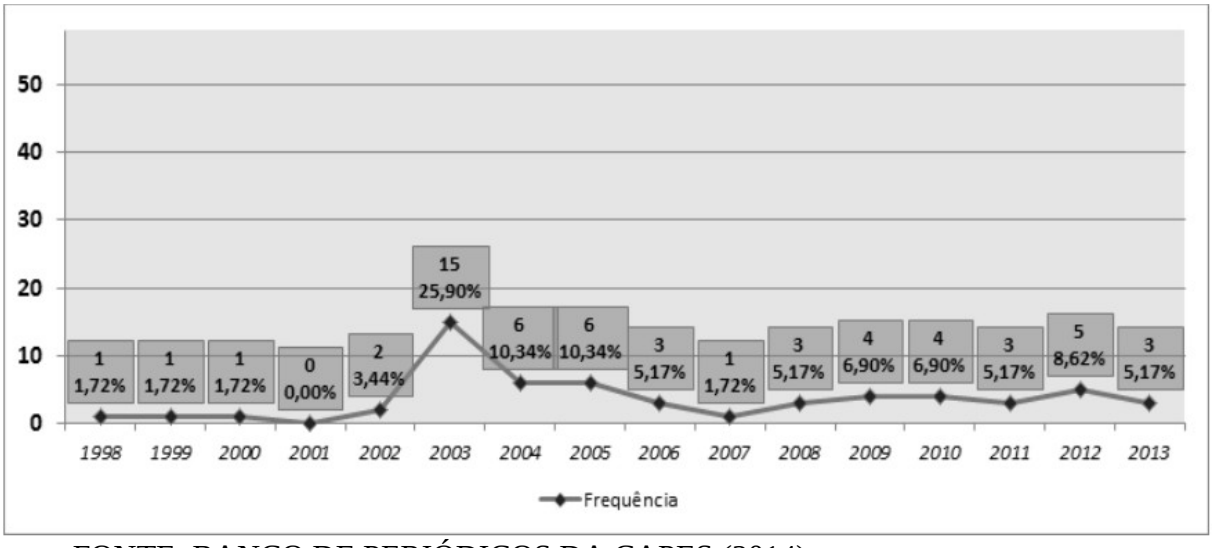
Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

baixo, de 1,75%, caindo drasticamente para 0% no ano de 2001. Seu auge alcançou os índices de 26,32% no ano de 2003, mantendo uma publicação significativa também, com índices de 10,53%, nos anos de 2004 e 2005. A partir daí, até o ano de 2013, os índices oscilaram entre acréscimos e decréscimos de 8,78% e 1,75%.

No gráfico a seguir fica mais visível a quantidade de resumos de periódicos sobre Projeto Político-Pedagógico por ano de publicação (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – projeção dos índices de resumos de periódicos sobre projeto político-pedagógico por ano de publicação



FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

Cabe aqui registrar o período entre 2003 e 2005 como sendo o que apontou uma sequência mais significativa de concentração de artigos envolvendo o tema do PPP. Futuras pesquisas podem investigar se é possível indicar algum elemento como aspecto propulsor dessa concentração, como por exemplo, a existência de congressos ou eventos aglutinados em torno da temática.

Não foi possível visualizar a cada ano qual era o número total de publicações existentes neste banco de dados no campo de conhecimento da educação. Mas, tomando por base o total atual dessas publicações, ou seja, 1.377 periódicos na área de educação (conforme consulta feita em outubro de 2014), num contexto de gradativo crescimento histórico, é possível inferir que a temática do PPP jamais conquistou grande destaque nas publicações veiculadas na área.

Mapeamos também quais autores foram citados nos resumos, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Tabela 4 – autores referenciados nos resumos dos periódicos

	AUTORES	FREQUÊNCIA
1	Alves	1
2	Bakhtin	1
3	Bardin	1
4	Bhabha	1
5	Bronckart	1
6	Habermas	1
7	Hall	1
8	Jean-Jacques Rousseau	1
9	Moscovici e seus seguidores	1
10	Padilha	1
11	Saupe	1
12	Shiva	1
13	Souza Santos	1
14	Vasconcellos	1
15	Vygotsky	1

FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

A tabela quatro expõe o conjunto total de autores citados nos resumos lidos, distribuídos em ordem alfabética, apenas para uma melhor visualização. Ressalte-se que os autores foram citados somente uma vez, não sendo repetidos em nenhum dos resumos que pesquisamos.

Em apenas sete dos resumos, o que representa 12,28%, são mencionados autores que embasam os estudos, alguns por tratar especificamente do tema Projeto Político-Pedagógico, como é o caso de Vasconcellos, mas, também outros autores que não tratam em sua obra especificamente a questão do PPP, (por exemplo, Bakhtin, Bardin, Bhabha, Habermas, entre outros). Assim, houve resumos que aludiram somente um autor e outros que disseram basear-se em mais, o que variou de dois a cinco diferentes autores em um mesmo resumo, totalizando o número de quinze diferentes nos sete resumos selecionados.

Isso pode indicar certa fragilidade teórica quando o assunto se refere ao Projeto Político-Pedagógico. No entanto, cabe considerar que essa variável pode não ter sido considerada relevante por alguns dos autores dos resumos, ou seja, em alguns casos pode ter havido consistente trato teórico, mas o autor não julgou necessário destacar este traço no resumo. Para

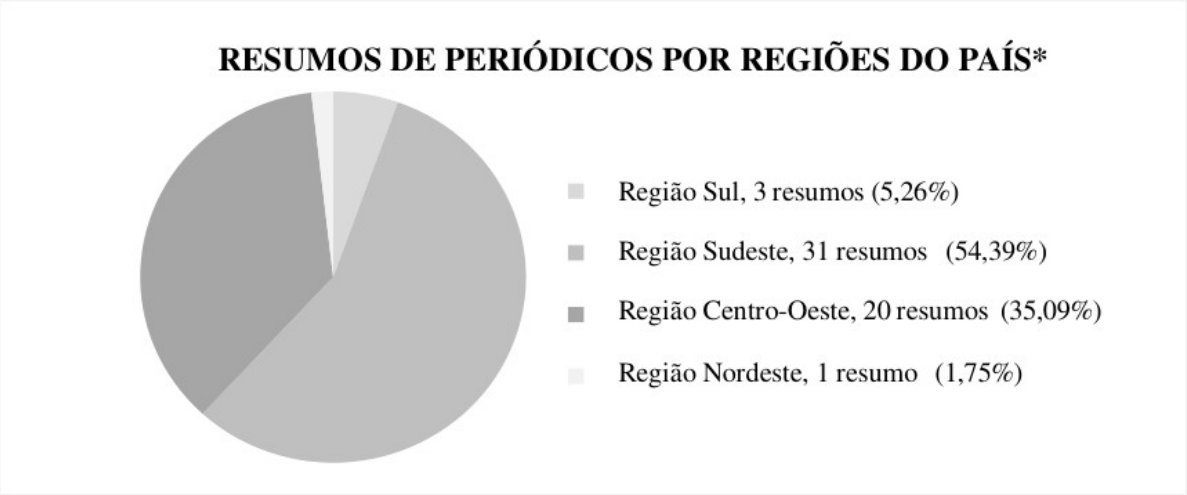
Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

avançarmos em direções mais conclusivas, investigações futuras teriam que se debruçar sobre a leitura integral dos 57 artigos aos quais os resumos aqui analisados se referem.

Os dados possibilitaram ainda perceber a distribuição dos 57 trabalhos entre as diferentes regiões do Brasil, conforme nos revela o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – distribuição da publicação de periódicos por regiões do país



FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

*Não consta no gráfico acima os dois resumos escritos em língua portuguesa de periódicos

publicados no exterior (3,51%).

Primeiramente, é relevante esclarecer que essa verificação se deu por meio do local de publicação das revistas em suas devidas regiões dentro do país, não necessariamente ficando explicitado que esses trabalhos foram ali produzidos, pois é sabido que os trabalhos podem ser produzidos em uma região/local e publicados em uma revista de outra região do país.

Assim, a partir dos dados, torna-se possível verificar que mais da metade das revistas estão localizados na região Sudeste do país, com um índice de 54,39% (31 resumos). Em segundo lugar, aparece a região Centro-Oeste, com um índice de 35,09% das publicações (20 resumos), seguidas da região Sul com 5,26% (3 resumos) e da região Nordeste com 1,75% (1 resumo).

Algo que chama a atenção nos nossos dados é a segunda maior concentração das publicações dar-se na região Centro-Oeste (35,09%), bem acima da que se verifica na região Sul (5,26%). Também nesse campo caberiam novas pesquisas voltadas para esse tema,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

investigar, se há, e quais são os aspectos que poderiam explicar uma maior aderência de artigos sobre PPP em revistas localizadas na região Centro-Oeste do país.

Não se pode deixar de destacar que não houve a localização de publicação dos trabalhos sobre Projeto Político-Pedagógico em todas as regiões do país, visto que a região Norte não foi contemplada.

Por fim, destacamos ainda que não consta no gráfico dois resumos em língua portuguesa de trabalhos publicados em revistas internacionais, como é o caso do resumo de número vinte e oito, publicado na Revista Internacional de Investigación em Educación, em Bogotá, Colômbia; e do resumo de número cinquenta e nove, publicado na revista Motricidade, em Vila Real, Portugal.

Quanto às revistas de publicação e a quantidade de resumos existente em cada uma, temos os seguintes dados:

Tabela 5 – revistas de publicação e quantidade de resumos que apresentam

	REVISTAS	**FREQUÊNCIA**
1	Revista Brasileira de Enfermagem	15
2	Educação & Sociedade	10
3	Cadernos CEDES	5
4	Revista Eletrônica de Enfermagem	4
5	Educação e Pesquisa	3
6	Revista Latino-Americana de Enfermagem	3
7	Ciência & Saúde Coletiva	2
8	PHYSIS	2
9	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2
10	Acta Scientiarum: Language and Culture	1
11	Acta Scientiarum Human and Social Sciences (UEM)	1
12	Estudos de Psicologia	1
13	Investigación y Educación em Enfermeria	1
14	Motricidade	1
15	Psicologia e Sociedade	1
16	Revista Brasileira de História	1
17	Revista de Saúde Pública	1
18	Saúde e Sociedade	1
19	Veredas Revista de Estudos Linguísticos	1
20	Revista Internacional de Investigación em Educación	1

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

FONTE: BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES (2014).

Consideramos, além disso, um último elemento caracterizador desses resumos: a quantidade de resumos publicados por revista. Nota-se que houve um total de vinte revistas diferentes, sendo apenas duas delas de publicação no exterior: a revista Motricidade de Vila Real, Portugal e a Revista Internacional de Investigación em Educación, de Bogotá, Colômbia.

Os maiores índices de publicação se deram na Revista Brasileira de Enfermagem, de Brasília, Distrito Federal, com um índice de quinze trabalhos publicados, seguida da revista Educação & Sociedade, de Campinas, São Paulo, com um índice de dez artigos publicados e dos Cadernos CEDES, também de Campinas, São Paulo, com um índice de cinco artigos publicados. Com quatro artigos publicados está a Revista Eletrônica de Enfermagem, de Goiânia, Goiás. Com três artigos publicados as revistas: Educação e Pesquisa, de São Paulo (capital) e a Revista Latino-Americana de Enfermagem, também de São Paulo (capital). Com dois artigos publicados as revistas PHYSIS e Ciência & Saúde Coletiva, do Rio de Janeiro (capital) e a Revista da Escola de Enfermagem da USP, de São Paulo (capital). Com um artigo publicado estão as demais revistas.

Por outro lado, as revistas no campo da educação que trazem maior quantidade de artigos que se referem à temática do PPP são revistas de grande longevidade e renomadas no campo, o que pode conferir aspectos qualitativos a estes artigos, ao contrário do que a nossa análise preliminar apontou em termos de identificação de uma possível fragilidade teórica a partir dos poucos autores citados na fundamentação desses artigos.

Ao observar o conjunto das revistas de publicação contidas na tabela acima, algo que merece destaque é o fato de que 50% das revistas, ou seja, dez das vinte revistas, são do campo da saúde, sendo cinco dentre elas do campo da enfermagem.

Para finalizar a apresentação do mapeamento dos dados levantados, vale ressaltar que, em função do pouco tempo disponível para a realização dessa pesquisa, nem todas as características dos resumos lidos foram avaliadas nesse trabalho. Assim, futuras pesquisas poderão dar continuidade na análise dos pontos que aqui não puderam ser investigados. São eles: Autor/es do artigo; Título do artigo; Palavras-chave; Temáticas/conceitos enfatizados; Área de conhecimento; Objetivos/problema; Metodologia e Conclusões dos artigos.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

5. Considerações finais

O presente trabalho tornou possível uma rica experimentação com os trâmites de uma pesquisa de cunho científico, a partir da temática do Projeto Político- Pedagógico.

Tendo por base a literatura consultada, ficou evidente que o PPP pode tornar- se um importante elemento norteador das ações da escola e servir de grande apoio para as instituições de ensino, se for construído de forma coletiva e for dado a ele a importância e o lugar que lhe cabem na instituição.

Contudo, não são todas as instituições que valorizam o documento a ponto de torná-lo um plano condutor do trabalho escolar. Por outro lado, pode ser não apenas uma questão de valorizá-lo ou não, mas de a escola pública não ter condições concretas de trabalho a fim de conseguir viabilizar reflexões, elaborações e implementações mais efetivas.

O mapeamento qualitativo e quantitativo realizado a partir do banco de periódicos da Capes, primeiramente com a leitura dos 187 resumos, e depois dos 57 resumos que constituíram o corpus final do levantamento, nos permitiu, ainda que de forma inicial, verificar certas características da produção do país relativa à temática, levantando também indagações e hipóteses sobre ela.

Ainda que muitos discursos apontem o PPP como um elemento indispensável para o avanço da qualidade da educação básica e pública no país, a pesquisa realizada nos mostrou que a maior parte da produção voltou-se para a educação em nível Superior, com destaque para os cursos de enfermagem. Nesse sentido, relembre-se que 50% das revistas de publicação dos artigos remetem ao campo da saúde, o que equivale a dez revistas, sendo que cinco dentre elas são do campo da enfermagem. Novas pesquisas poderão estar enfocando essa nuance a fim de identificar possíveis razões para tal ênfase.

A partir da pesquisa foi possível perceber ainda que a temática não vem sendo considerada, do ponto de vista quantitativo, com destaque pelos estudos de natureza histórica. Os dados indicam que quando há produção referente ao tema, ela fica mais visível em estudos que abordam a escola atual.

É válido mencionar a identificação de uma possível fragilidade teórica nos artigos que fazem referência ao PPP, já que em apenas sete dos 57 resumos são mencionados os autores da fundamentação teórica.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

Entretanto, é relevante acentuar que nossa aproximação com tal universo ocorreu através da leitura dos resumos ficando restrita a alguns inevitáveis limites desse tipo de texto. Nesse sentido, alguns podem apresentar precariedades e distanciamento com relação a sua finalidade, que é a de trazer uma síntese fiel dos principais aspectos presentes no trabalho ao qual se vincula.

Concomitantemente, diante do pouco tempo disponível para desenvolvermos a pesquisa, os resumos representaram o que era possível ser feito, já que seria inviável nos propormos a ler todos os artigos integralmente.

Ainda assim, mesmo cientes dessas limitações, pressupomos que tal banco nos possibilitou material rico e pertinente para uma aproximação inicial com o mapeamento desta produção. Cabe enfatizar que não foi possível trabalhar com todas as características levantadas, o que remete a possibilidade de outras pesquisas estarem dando sequência a esta. Futuras investigações podem se voltar para a leitura integral dos textos o que deve possibilitar uma caracterização mais completa da produção.

É importante destacar também que o conjunto das produções teóricas em torno do Projeto Político-Pedagógico não se resume ao que consta nesse banco de periódicos. Nesse sentido, futuras pesquisas podem mapear a produção sobre essa temática por meio dos resumos das dissertações e teses existentes no banco de Teses da Capes, tal qual fizeram Knoblauch et. al. (2010), ao debruçarem-se sobre a temática da “cultura escolar”.

Outra nova frente para investigações pode se dar na direção de lançar o termo Projeto Pedagógico no campo de buscas por assunto, do banco de periódicos da Capes. Quando o lançamos, em maio de 2014, emergiram um total de 713 artigos-resumos, caindo para 367 quando selecionamos o ordenamento dos periódicos revisados por pares. Descartamos esta frente pela quantidade maior de dados a serem trabalhados diante do pouco tempo disponível. No entanto, é possível que esse número diminua bastante, tal qual no caso da nossa pesquisa.

Caberia também checar se essa mesma tendência da maior frequência de aparição para os estudos em nível superior – com destaque para os cursos no campo da enfermagem – se confirmaria nesse novo universo. Bem como, se perguntar, se, por outro lado, incluir ou não a palavra “político” no contexto do Projeto Pedagógico geraria algum tipo de diferenças na produção teórica.

Por fim, cabe ressaltar que esse total de 57 resumos encontrados desde 1998 até 2013 se referindo ao termo PPP pode ser considerado um número muito pequeno, diante do total de periódicos existentes no banco da Capes. Não foi possível visualizar a cada ano qual era o

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

número total de publicações existentes neste banco de dados no campo de conhecimento da educação, mas, tomando por base o total atual dessas publicações, ou seja, 1.377 periódicos na área de educação (conforme consulta feita em outubro de 2014), num contexto hipotético de gradativo crescimento histórico, é possível inferir que a temática do PPP jamais conquistou grande destaque nas publicações veiculadas na área.

Assim podemos afirmar que, atualmente, a temática do PPP não se encontra bem representada do ponto de vista quantitativo nos resumos dos artigos contidos no banco de dados da Capes na área da educação.

Com isso nos questionamos: Se o PPP, como proposto pela literatura estudada, é de suma importância para o avanço da qualidade do trabalho pedagógico escolar, por que não há correspondência com o volume de pesquisas em curso no país, de modo especial aquelas voltadas para a escola básica? Por que a área não vem se interessando, de modo destacado, pelo estudo desta temática? Será que o PPP, tal qual vem sendo formulado, não encontra respaldo ou aderência no cotidiano escolar? Essas e outras questões poderão ser abordadas no futuro.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF23 dez, 1996. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/legislacao/. Acesso em: outubro de 2014.

CAPES. Cartilha do portal de periódicos. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, [s.d.]. Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/cartilha%20portugues.pdf. Acesso em: 26 set. 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, [s.d.]. Disponível em:http://www.capes.gov.br. Acesso em: 21 mai. 2014.

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustaquio (org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-41.

KNOBLAUCH, Adriane. et.al. Levantamento de pesquisas sobre cultura escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 557- 574, jul./set. 2012.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 07/11/2026 | aceito: 14/11/2026 | publicação: 19/11/2026

PRADO, G. T. Planejamento Educacional: tirando o projeto pedagógico da gaveta. [S. I.: s. n.]. Disponível em: Planejamento Educacional – PDF. Acesso em: 27 maio 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). Superintendência da Educação. Instrução n. 007/2010 – SUED/SEED. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2010. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 08 out 2014.

SOUZA, Angelo Ricardo de et al. Gestão democrática da escola pública. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005. 68 p. (Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública, v. 1, 2 e 3).

SPÓSITO, Marília. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João (org.). Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. [S. I.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: Projeto Político-Pedagógico – PDF. Acesso em: 27 maio 2014.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998, p.11-35.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática. Novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: Revista Retratos da Escola. Acesso em: 03 out 2014.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.